

CRESCIMENTO PRÓ-POBRE? UMA ANÁLISE PARA OS MEIOS URBANO E RURAL NO BRASIL¹

Lilian Lopes Ribeiro²

Jair Andrade Araujo³

Débora Gaspar Feitosa⁴

Este artigo busca analisar se o crescimento econômico no Brasil tem sido pró-pobre em suas áreas urbanas e rurais. Nesse sentido, com base nos dados dos censos demográficos dos anos de 2000 e 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foram construídas as curvas de crescimento-pobreza, propostas por Son (2004). Um dos resultados da pesquisa apontou que apenas o Centro-Sul do país tem tido um padrão de crescimento que beneficia os mais pobres. Em nível estadual, percebeu-se que somente dez Unidades da Federação (UFs) apresentaram crescimento em favor dos menos favorecidos sendo que, para quatro delas, o crescimento é do tipo *trickle-down*, ou seja, apesar de contribuir para reduzir a pobreza, a renda dos ricos cresceu em uma proporção maior que a renda dos pobres. A desagregação da amostra permitiu observar, também, o quão baixo é o desempenho do crescimento econômico em reduzir a pobreza, com diminuição da desigualdade nas áreas rurais do país.

Palavras-chave: crescimento pró-pobre; pobreza; desigualdade.

JEL: I32.

1 INTRODUÇÃO

O crescimento econômico, ao proporcionar melhorias na qualidade de vida da população por meio da ampliação de recursos em uma determinada sociedade, é entendido como desenvolvimento humano. Dessa forma, é importante não somente analisar o quanto a economia cresceu, mas como foi este crescimento e qual seus efeitos sobre a pobreza.

A pobreza é um tema que tem ganhado espaço nas ciências sociais. Associada à questão do desenvolvimento, o seu estudo avançou em direção a uma visão multidimensional que considera vários indicadores, tais como tempo, saúde e educação, ao definir esse problema da sociedade. Como exemplo tem-se os trabalhos de Ribeiro e Marinho (2012), Diniz e Diniz (2009), Barros, Carvalho e Franco (2006) e Lopes, Macedo e Machado (2003).

O estudo da relação entre crescimento e pobreza surgiu de evidências empíricas de que nem sempre o crescimento resulta em uma melhoria nos indicadores de pobreza.

1. Este trabalho contou com o apoio financeiro da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) em parceria com o Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento (CNPq).

2. Doutora em Economia e pesquisadora da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP), do Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento (CNPq) e do Laboratório de Estudos Regionais da Universidade Federal do Ceará (UFC). *E-mail:* <liadiniz-21@hotmail.com>.

3. Doutor em Economia e professor do Curso de Mestrado em Economia Rural da Universidade Federal do Ceará (Maer/UFC). *E-mail:* <jairandrade@ufc.br>.

4. Doutora em Economia e professora de Economia e Finanças da Universidade Federal do Ceará (UFC). *E-mail:* <deboragaspar@outlook.com>.

Ao contrário, estudos, a exemplo de Santos-Paulino (2012), Harrison (2006), Nissanke e Thorbecke (2006) mostram que o crescimento de alguns países em desenvolvimento vem acompanhado de uma piora nos níveis de pobreza e bem-estar.

Dados do Banco Mundial (2013) apresentam o Brasil como a sétima maior economia do mundo – ficando à frente de países europeus como Itália e Espanha. Apesar disso, entre os anos de 2000 e 2010 o país acumulou um crescimento econômico de apenas 4,5% sendo que, para o mesmo período, houve uma queda na pobreza em 16,6%. Apesar da tendência de queda na pobreza, o Brasil continua entre os países latino-americanos com os piores indicadores de pobreza e de desigualdade de renda, ficando atrás de nações como Peru e Venezuela.

No Brasil vários estudos se propuseram a investigar os efeitos do crescimento econômico sobre a pobreza. São trabalhos que apresentam diferentes níveis de agregação e distintas metodologias. Entre estes é oportuno citar os mais atuais, tais como Matias e Salvato (2012), Taques e Rocha (2011), Pinto e De Oliveira (2010), Salvato (2009), Manso, Pereira e Barreto (2008) e Barreto (2005). Vale ressaltar que algumas dessas pesquisas foram realizadas especificamente em certas regiões do país (Gonçalves e Silveira Neto, 2010; Silveira Neto, 2005).

No entanto, os estudos que contemplam o crescimento pró-pobre são, sobretudo, de amostras pouco recentes e que não permitem avaliar este crescimento desagregado em áreas rurais e urbanas, já que o desempenho do crescimento econômico na redução da pobreza de cada região ou estado pode apresentar distintos resultados para áreas rurais e urbanas.

Diante dessas assertivas, o objetivo deste artigo é verificar se o crescimento econômico do Brasil nas áreas rurais e urbanas das regiões e estados do país tem sido pró-pobre. Em outras palavras, se a renda dos pobres destas áreas apresenta elevação quando comparada à verificada pela renda dos não pobres. Busca-se, ainda, analisar se aquela modalidade de crescimento, em que a renda dos mais ricos aumenta em uma proporção maior que a dos mais pobres, tem sido empobrecedora.

Para atender a esse propósito serão construídas, para os anos de 2000 e 2010, as curvas de crescimento-pobreza, propostas por Son (2004). A escolha desta metodologia justifica-se pelo fato de ela ponderar o crescimento econômico acompanhado por uma redução na desigualdade de renda, uma vez que se baseia na curva de Lorenz. Esse atributo da metodologia de Son (2004) implica em resultados mais conclusivos sobre a qualidade do crescimento econômico.

Dos resultados obtidos, comprovou-se que apenas as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste experimentam um padrão de crescimento redutor de pobreza e de desigualdade de renda. Em nível estadual, somente dez UFs apresentam crescimento pró-pobre (Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina e São Paulo). Por outro lado, não foi verificado este tipo de crescimento em quatro estados (Acre, Amapá,

Amazônia e Roraima), assim como tal crescimento foi inconclusivo para os demais. Ao desagregar a amostra em áreas urbanas e rurais, observou-se que o crescimento é em favor dos pobres para a área urbana de todas as regiões e UFs e não pró-pobre para a área rural do Acre, Amazônia, Distrito Federal e Roraima. Não houve evidência de crescimento empobrecedor para o período.

Este artigo está distribuído em quatro seções, além desta introdução. A seção 2 traz uma revisão bibliográfica acerca do crescimento pró-pobre. A seção 3 apresenta a metodologia da curva de crescimento-pobreza. A seção 4 mostra os resultados das estimativas para o Brasil, para as regiões brasileiras e para as UFs, além da discussão dos resultados obtidos. Por fim, a seção 5 é dedicada às considerações finais deste estudo.

2 CRESCIMENTO PRÓ-POBRE: METODOLOGIAS E OBSERVAÇÕES EMPÍRICAS

Segundo Kakwani, Khandker e Son (2004), a discussão embrionária sobre crescimento pró-pobre teve início no “modelo de redistribuição com crescimento” de Chenery *et al.* (1974), que produziram vastos estudos sobre o tema nos últimos anos. Há várias abordagens que definem e mensuram o crescimento pró-pobre com utilização de vários critérios. Entre estas definições pode-se citar basicamente aquela utilizada por Kakwani e Pernia (2000) e a definição absoluta de Ravallion e Chen (2003).

Para Kakwani e Pernia (2000), o crescimento só será pró-pobre se a renda dos pobres apresentar elevação superior ao verificado pela renda dos não pobres, o que permitiria uma redução na desigualdade. Em outros termos, o crescimento pró-pobre ocorre quando se observa uma queda na pobreza maior que aquela que se teria se todas as rendas tivessem aumentado de acordo com a mesma taxa.

Na definição absoluta de Ravallion e Chen (2003), o crescimento pró-pobre ocorre quando a renda dos pobres aumenta de acordo com o crescimento desta renda. Tal definição sugere que ocorre este tipo de crescimento se houver uma redução da pobreza, independentemente do que ocorrer na distribuição de renda. Portanto, eventuais mudanças na distribuição de renda não são consideradas.

Kakwani e Pernia (2000) utilizam como metodologia a decomposição proporcional. Neste caso, o índice de crescimento pró-pobre é dado pela razão da elasticidade renda-pobreza e da elasticidade crescimento-desigualdade.⁵ Deste modo, se o resultado obtido for maior que 1, observa-se um crescimento pró-pobre; caso situe-se entre 0 e 1, o crescimento foi não pró-pobre; e, se for negativo, o crescimento foi empobrecedor. Vale ressaltar que Son (2004), partindo da definição de Kakwani e Pernia (2000), propôs a “curva de crescimento-pobreza”,⁶ que tem como objetivo identificar se o crescimento econômico é ou não pró-pobre.

5. A elasticidade é definida como a variação percentual de uma variável dada uma variação percentual de outra variável (Varian, 2006). Kakwani e Pernia (2000) mensuraram a variação da pobreza dada uma variação na renda *per capita* da Tailândia e da Coreia.

6. Na seção 3 deste artigo é apresentada a metodologia da curva de crescimento-pobreza.

Em outra direção, Ravallion e Chen (2003) mensuraram o crescimento pró-pobre por meio da “curva de incidência do crescimento”. Em síntese, o método parte do cálculo das taxas de crescimento das rendas de cada percentil da população em dois distintos instantes de tempo, detectando o crescimento pró-pobre no sentido absoluto (ou seja, a queda na pobreza é condição suficiente para que ocorra crescimento pró-pobre). Trabalhos como o de Kraay (2004) admitem essa direção. Nessa abordagem, Ravallion e Chen (2003) satisfazem o axioma da monotonicidade, porém não atendem ao axioma da transferência⁷ descrito em Sen (1976).

Nesse caso, têm-se claramente distintas concepções e metodologias de crescimento pró-pobre. Contudo, em algumas pesquisas o uso das diferentes metodologias no Brasil tem convergido para os mesmos resultados.

Salvato (2009), ao utilizar a “curva de incidência do crescimento” para as mesorregiões e microrregiões brasileiras nos anos 1990 constatou que, de um total de 136 mesorregiões, apenas dez apresentavam crescimento pró-pobre. Ao utilizar a “curva de crescimento-pobreza” para o mesmo intervalo de tempo, Resende, Da Mata e Carvalho (2007) também observaram que as capitais brasileiras apresentam preponderantemente resultados de crescimento não pró-pobres ou empobrecedores.

Por outro lado, Tochetto *et al.* (2004), ao analisar as UFs do Brasil para o período 1995-2007 por meio da “curva de crescimento-pobreza”, e Pinto e De Oliveira (2010) por meio da “curva de incidência do crescimento nos anos de 1980 e 1990”, observaram que a maioria das curvas estimadas apresentaram crescimento pró-pobre.

É oportuno citar também o trabalho de Hoffman e Kageyama (2006) que, com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no período 1992-2004, relacionaram a curva de crescimento-pobreza de Son (2004) a aspectos relativos ao bem-estar como forma de analisar a pobreza brasileira em uma perspectiva multidimensional. Os resultados dessa pesquisa mostraram que houve crescimento pró-pobre tanto nas áreas urbanas quanto nas áreas rurais do Brasil como um todo.

2.1 Crescimento econômico, desigualdade e pobreza nos estados brasileiros entre 2000 e 2010

Com o intuito de analisar se o crescimento econômico tem sido pró-pobre nas regiões e nos estados do Brasil, propósito deste artigo, torna-se pertinente um

7. O axioma da monotonicidade fraca exige que as medidas de intensidade/severidade aumentem quando a renda de qualquer um dos pobres diminui. Isso significa que a perda da renda gera um impacto negativo, aumentando a pobreza, mesmo que a desigualdade de renda entre os pobres diminua. Já o axioma da transferência exige que a pobreza vivida em um determinado ano não possa ser compensada pela abundância ou pela opulência de outro ano, sendo a pobreza um evento marcante na vida de uma pessoa (Oliveira, 2010).

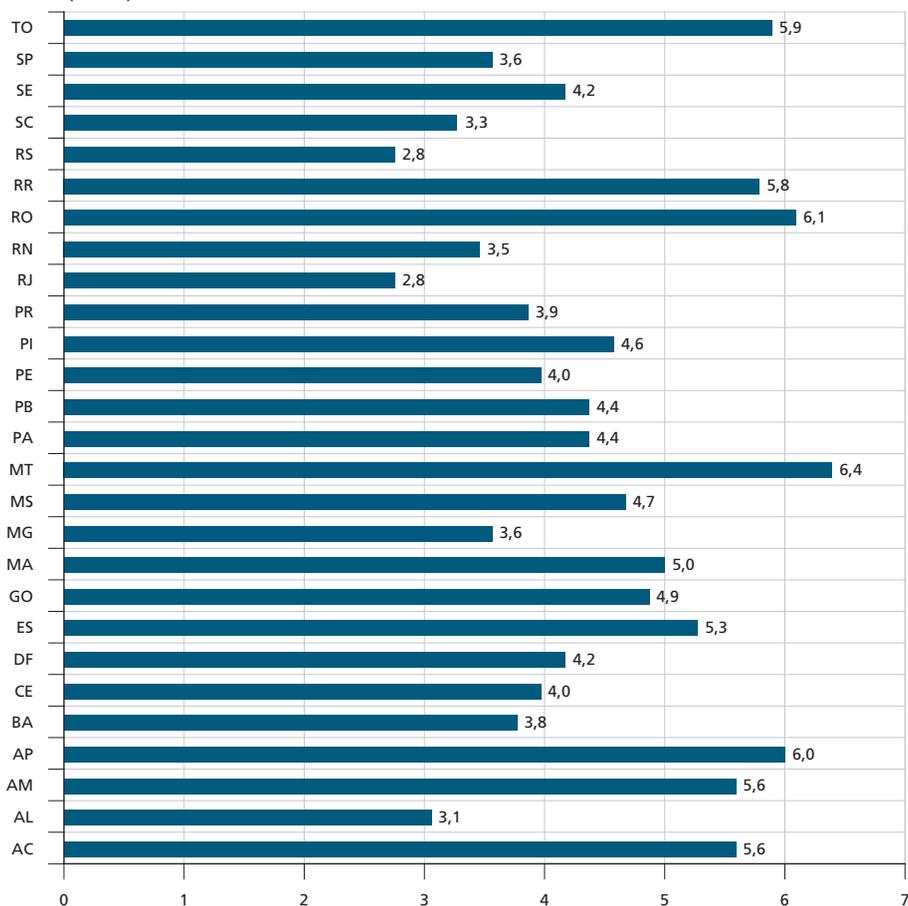
conhecimento prévio e sucinto acerca da evolução do crescimento econômico, da desigualdade de renda e da pobreza nos estados brasileiros durante o último decênio.

Iniciando a análise pela evolução do produto interno bruto (PIB), o gráfico 1 representa o crescimento médio do PIB dos estados brasileiros. Pode-se verificar que o estado com maior crescimento médio do PIB entre 2000 e 2010 foi o Mato Grosso (6,4%). O crescimento expressivo deste estado é seguramente explicado pela expansão do agronegócio, sobretudo nos municípios de Sorriso, Lucas do Rio Verde e Sinop (Campos, 2009). Em seguida vêm os estados de Rondônia, Amapá e Tocantins, com crescimento médio do PIB de 6,1%, 6,0% e 5,9%, respectivamente.

GRÁFICO 1

Crescimento médio do PIB das UFs do Brasil (2000-2010)

(Em %)



Fonte: Ipea (2013a).

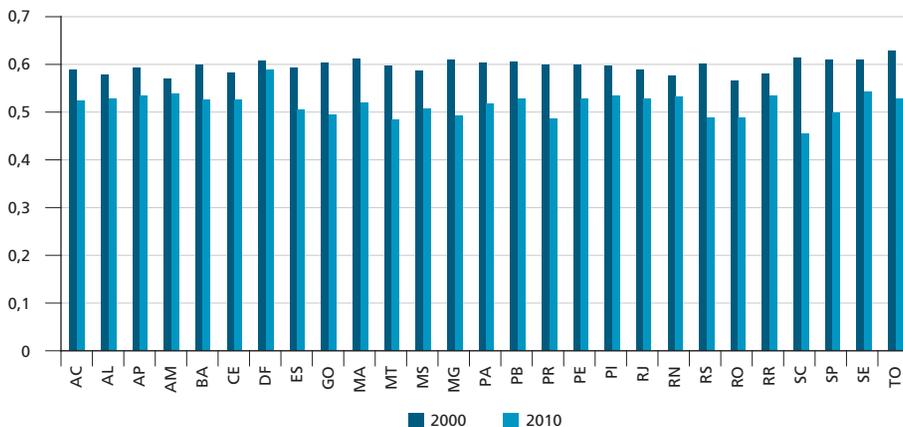
Elaboração dos autores.

Em outra direção têm-se os estados com menor crescimento médio do PIB: Rio Grande do Sul (2,8%), Rio de Janeiro (2,8%), Alagoas (3,1%) e Santa Catarina (3,3%). Estados como São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Paraná tiveram, para o período, um crescimento médio do PIB abaixo do crescimento médio do Brasil, que foi de 4,5%.

Em relação à desigualdade de renda, o gráfico 2 apresenta o índice de Gini para os anos de 2000 e 2010. Por meio da análise deste verifica-se que houve uma queda na desigualdade de renda em todas as UFs. Alguns estados como Santa Catarina, Minas Gerais e Paraná, porém, apresentaram uma redução da desigualdade em maior intensidade que outros (Amazonas e Distrito Federal).

Em 2000 dois estados da região Norte apresentavam o melhor e o pior nível de desigualdade de renda. Rondônia foi o estado com menor desigualdade (0,57), ao passo que Tocantins teve o maior nível de desigualdade (0,63). Já para o ano de 2010, o melhor e o pior nível de desigualdade foram representados por Santa Catarina (0,45) e Distrito Federal (0,59), respectivamente.

GRÁFICO 2
Índice de Gini das UFs do Brasil (2000 e 2010)



Fonte: Censos de 2000 e 2010/IBGE.
Elaboração dos autores.

No que tange à pobreza, esta também apresentou uma trajetória de queda em todos os estados brasileiros, com exceção do Amapá que, apesar de ser o sétimo estado que mais cresceu no período analisado, apresentou um aumento na taxa de pobreza na ordem de 33%. Por outro lado, Santa Catarina obteve a maior queda na taxa de pobreza, em torno de 59%. Já os estados das regiões Norte e Nordeste, além de apresentarem historicamente as maiores proporções de pobres, são também os que menos reduziram suas taxas de pobreza, conforme pode-se observar no mapa 1.

MAPA 1

Queda da taxa de pobreza dos estados brasileiros (2001-2010)

(Em %)



Fonte: Ipea (2013b).

Elaboração dos autores.

Obs.: Imagem cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais disponibilizados pelos autores para publicação (nota do Editorial).

Os resultados obtidos nesta subsecção corroboram a assertiva de Bourguignon (2002), segundo a qual quanto mais desigual se mostra a região, menos eficaz é o crescimento econômico na redução da pobreza. Como pôde-se verificar, esse é o caso de Alagoas, por exemplo. Além de estar entre os estados com maior grau de desigualdade de renda, é também aquele com maior proporção de pobres, algo que evidencia baixa eficiência do crescimento econômico na redução da taxa de pobreza.

Assim, os dados revelam que, embora tenha ocorrido uma melhoria nos indicadores de desigualdade e de pobreza para a maioria dos estados brasileiros, diminuir as históricas desigualdades regionais requer um crescimento econômico mais intenso, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste, combinado com políticas públicas capazes de internalizar os efeitos positivos deste crescimento para a sociedade como um todo.

3 METODOLOGIA DA CURVA DE CRESCIMENTO-POBREZA

A curva de crescimento-pobreza (*poverty growth curve* – PGC, em inglês) de Son (2004) utiliza o conceito relativo de crescimento “pró-pobre” de Kakwani e Pernia (2000)

e é baseada na curva de Lorenz de forma generalizada. Tem como origem o teorema de Atkinson (1987),⁸ que associa mudanças na curva de Lorenz generalizada à variação de um índice de pobreza. Se a curva de Lorenz for representada por uma reta positivamente inclinada, a região em análise apresenta perfeita igualdade de renda. Por outro lado, se a curva se desloca para a esquerda (direita), tem-se redução (aumento) de pobreza e o crescimento é classificado como pró-pobre (não pró-pobre).

A descrição da metodologia de Son (2004) é dada a partir da equação (1).

$$L(p) = \frac{1}{\mu} \int_0^x yf(y)dy \quad (1)$$

Em que:

$$p = \int_0^x f(y)dy \quad (2)$$

Assim sendo, $L(p)$ é a curva de Lorenz que descreve a participação na renda da população situada entre os $p\%$. A média da renda da população é dada por μ e a renda pessoal assume o valor y com probabilidade da função densidade $f(y)$. Deste modo, $\mu L(p)$ representa a curva de Lorenz generalizada.

Mudanças na curva de Lorenz indicam que a desigualdade modifica-se com o crescimento econômico. Logo, se a curva de Lorenz aproxima-se da curva de perfeita igualdade, ou seja, se esta curva desloca-se para a esquerda (cima), o crescimento é pró-pobre $\Delta L(p) \geq 0$ para todo p . Isso ocorre quando a nova distribuição é dominante sobre a distribuição anterior tendo, assim, a dominância de segunda ordem, ou a chamada “curva de segunda ordem dominante”.

A equação (3) é extraída da curva de Lorenz.

$$L(p) = \frac{\mu_p p}{\mu} \quad (3)$$

que mostra a participação na renda dos $p\%$ mais pobres, quando os indivíduos são ordenados em ordem crescente de renda, em que μ_p é a renda média de $p = 10, 20, \dots, 100$ da população. Efetuando-se o logaritmo de ambos os lados da equação (3), obtém-se:

$$\ln(\mu_p) = \ln(\mu L(p)) - \ln(p) \quad (4)$$

8. Ver Atkinson (1987).

Ao aplicar a primeira diferença na equação (4), ter-se-á:

$$g(p) = \Delta \ln(\mu L(p)) \quad (5)$$

e

$$g(p) = \Delta \ln(\mu_p) \quad (5.1)$$

podendo ser reescrita da seguinte forma:

$$g(p) = g + \Delta \ln(L(p)), \text{ sendo } g = \Delta \ln(\mu) \quad (6)$$

em que g representa a taxa de crescimento da renda média da sociedade e $g(p)$, por sua vez, mede a taxa de crescimento da renda média até o decil p .

A partir dessa metodologia, o crescimento econômico poderá resultar em quatro possíveis cenários para a pobreza.

- 1) Pró-pobre $g(p) > g$ para todo $p > 100$: cenário em que há uma redução da pobreza entre os períodos, pois a curva de Lorenz, como um todo, se desloca para a esquerda ($L(p) > 0$ para todo p).
- 2) Não pró-pobre (ou pró-rico) $0 < g(p) < g$ para todo $p < 100$: o crescimento econômico induziu a uma queda na pobreza, porém com um aumento da concentração de renda ($L(p) < 0$ para todo p). Esse é o caso do crescimento *trickle-down*, ou seja, apesar de contribuir para reduzir a pobreza, a renda dos ricos cresce em uma proporção maior que a renda dos pobres.
- 3) Empobrecedor: se $g(p) < g$ para todo $p > 100$ e se $g > 0$ (ou $g(p) < 0$ para todo $p < 100$ e $g > 0$), então há um crescimento empobrecedor, pois o crescimento econômico positivo aumenta a pobreza devido à queda na renda dos p mais pobres ($g(p) < 0$), apesar do crescimento da renda média ($g > 0$).
- 4) Inconclusivo: casos omissos.

4 EVIDÊNCIAS PRODUZIDAS

Para calcular as curvas de crescimento-pobreza utilizou-se a variável renda domiciliar *per capita* (RDPC) dos censos de 2000 e 2010 do IBGE.⁹ Os resultados da pesquisa foram extraídos de um total de 19.136.251 e 23.523.714 observações realizadas nos anos de 2000 e 2010, respectivamente. Com o intuito de colaborar para uma análise comparativa inter e intrarregional, foram estimadas as curvas de

9. Para o ano de 2000 calculou-se a RDPC a partir da variável "rendimento mensal domiciliar".

crescimento-pobreza para as áreas rurais e urbanas dos 26 estados da Federação, além do Distrito Federal, para as cinco regiões brasileiras e para o Brasil, como um todo, totalizando 99 estimativas.

4.1 Evidências para o Brasil

A tabela 1 apresenta a estimativa da curva de crescimento-pobreza para o Brasil desagregado em áreas urbana e rural. As quatro primeiras colunas dessa tabela mostram a taxa de crescimento da renda média da população até o percentil p , denominado $g(p)$. Perceba que na primeira coluna da referida tabela estão os valores estimados da taxa de crescimento da renda média até os 20% mais pobres da população. A segunda coluna apresenta a taxa de crescimento da renda média destes 20% com renda mais baixa, acrescidos dos 20% seguintes, e assim por diante. Ressalte-se que a penúltima coluna equivale à taxa de crescimento da renda média da totalidade da população,¹⁰ neste caso, $g(p) = g$.

Conforme relata Son (2004) em sua metodologia, se a taxa de crescimento da renda média para todos os percentis da população for maior que a taxa de crescimento da renda média da totalidade da população, ter-se-á crescimento pró-pobre, pois a curva de Lorenz com um todo se aproximou da reta de perfeita igualdade, o que significa um crescimento econômico com redução da pobreza concomitante a uma queda na desigualdade.

Como se pode observar pela tabela 1, a taxa de crescimento da renda média de todos os percentis da população brasileira é maior que a taxa de crescimento da renda média da totalidade da população do país. Em outros termos, $g(p) > g$, o que evidencia, portanto, a ocorrência de crescimento pró-pobre para o Brasil como um todo.

TABELA 1
Estimativa da curva de crescimento-pobreza por área no Brasil (2000-2010)
(Em %)

Área	20%	40%	60%	80%	100%	g	Situação
Geral	4,11	4,18	4,24	4,17	4,08	4,08	Pró-pobre
Urbana	4,27	4,26	4,24	4,16	4,08	4,08	Pró-pobre
Rural	3,50	3,94	4,05	4,20	4,05	4,05	Pró-pobre

Fonte: Censos de 2000 e 2010/IBGE.
Elaboração dos autores.

Assim sendo, ao analisar a qualidade do crescimento econômico do Brasil entre 2000 e 2010 sem fazer uma análise intranacional, ou seja, sem desagregar as milhares de observações coletadas em nível regional e estadual, tem-se para o país

10. Essa assertiva é válida para as tabelas de 1 a 4, apresentadas nesta seção.

um modelo de crescimento econômico capaz de reduzir a pobreza e a concentração de renda. Entretanto, ao estimar a curva de crescimento-pobreza em nível regional e estadual, obtêm-se distintos resultados. É o que demonstram as próximas subseções.

4.2 Evidências para as regiões brasileiras

A tabela 2 mostra a estimativa da curva de crescimento-pobreza para as cinco regiões do país. Por meio desta tabela, nota-se que o crescimento econômico das regiões do Centro-Sul do Brasil reduz a pobreza e diminui a concentração de renda, entretanto, isso não é constatado em relação aos estados das regiões Norte e Nordeste. Para estas duas regiões, embora os resultados se apresentem inconclusivos, percebe-se que os 20% e os 40% mais pobres obtêm um crescimento médio da renda inferior ao crescimento médio da renda da totalidade da população, o que sugere um crescimento acompanhado de concentração de renda.

TABELA 2
Estimativa da curva de crescimento-pobreza para as regiões brasileiras e por área (2000-2010)
(Em %)

Geral							
Regiões	20%	40%	60%	80%	100%	<i>g</i>	Situação
Centro-Oeste	4,58	4,61	4,58	4,50	4,20	4,20	Pró-pobre
Nordeste	3,54	4,03	4,13	4,16	4,06	4,06	Inconclusiva
Norte	4,19	4,34	4,45	4,43	4,35	4,35	Inconclusiva
Sudeste	4,08	4,09	4,07	4,01	3,97	3,97	Pró-pobre
Sul	4,42	4,50	4,47	4,40	4,26	4,26	Pró-pobre
Área urbana							
Centro-Oeste	4,69	4,69	4,62	4,52	4,22	4,22	Pró-pobre
Nordeste	3,95	4,21	4,23	4,22	4,09	4,09	Inconclusiva
Norte	3,95	4,06	4,06	4,07	4,03	4,03	Inconclusiva
Sudeste	4,15	4,11	4,06	4,02	3,98	3,98	Pró-pobre
Sul	4,55	4,56	4,49	4,40	4,27	4,27	Pró-pobre
Área rural							
Centro-Oeste	4,35	4,43	4,53	4,48	4,22	4,22	Pró-pobre
Nordeste	3,39	3,68	3,86	3,95	3,88	3,88	Inconclusiva
Norte	3,04	3,50	3,66	3,75	3,73	3,73	Inconclusiva
Sudeste	3,93	4,02	4,06	4,11	4,00	4,00	Inconclusiva
Sul	4,26	4,32	4,36	4,30	4,19	4,19	Pró-pobre

Fonte: Censos de 2000 e 2010/IBGE.
Elaboração dos autores.

De acordo com a tabela 2, ao separar a área urbana da rural, obtém-se o mesmo resultado observado antes da desagregação da amostra, ou seja, uma evidência de crescimento pró-pobre para as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste (com exceção da área rural da região Sudeste, na qual o resultado é inconclusivo), e inconclusivo para as demais regiões.

Os resultados apresentados nesta subseção são semelhantes aos encontrados por Matias e Salvato (2012) e Taques e Rocha (2011) que, ao aplicarem a mesma metodologia utilizada nesta pesquisa, porém com a utilização de dados bianuais das PNADs entre 1995 e 2009, verificaram predominantemente um crescimento pró-pobre para as regiões Sul e Sudeste.

Entretanto, em relação à região Centro-Oeste há uma divergência entre os resultados de Matias e Salvato (2012) com os desta pesquisa. Apesar desses autores não terem obtido evidências de crescimento pró-pobre para essa região, a tabela 2 revela que o crescimento foi em favor dos pobres, não somente para a região como um todo, mas também para suas áreas urbana e rural.¹¹

Em relação às regiões que tiveram seus resultados classificados como inconclusivos, é possível observar em algumas delas certo viés para um resultado pró-pobre ou não pró-pobre. Pode-se citar como exemplo a área rural do Sudeste, embora esta área tenha apresentado um resultado inconclusivo. A tabela 2 mostra que a taxa de crescimento da renda média de quase todos os percentis da população dessa região é maior que a taxa de crescimento da renda média da totalidade da população, com exceção apenas dos 20% com renda mais baixa, em que se tem $3,93 < 4,00$. Nesse sentido, não seria incorreto afirmar que os resultados dessa região são inconclusivos, porém com viés pró-pobre.

4.3 Evidências para os estados da Federação

Com o intuito de identificar com mais detalhes os distintos efeitos do crescimento econômico na pobreza e na desigualdade de renda é necessária uma desagregação maior nas observações. Nesse diapasão, as tabelas 3, 4 e 5 mostram as estimativas para a curva de crescimento-pobreza para os estados brasileiros, além do Distrito Federal.

A tabela 3 apresenta os resultados das estimativas sem a separação entre áreas urbanas e rurais. De acordo com seus dados, apenas dez (ou 37%) das 27 UFs apresentam crescimento pró-pobre. As exceções são os estados do Rio de Janeiro e Distrito Federal, que tiveram resultados inconclusivos. Para todos os outros estados que integram o Centro-Sul do país tem-se crescimento pró-pobre, evidência já constatada na tabela 2. Por outro lado, na região Norte, apenas Rondônia apresenta

11. Taques e Rocha (2011) também encontraram maior incidência de crescimento pró-pobre para os estados do Centro-Oeste como um todo.

crescimento em favor dos pobres. Para os estados do Acre, Amapá, Amazônia e Roraima o crescimento é *trickle-down* (não pró-pobre), e nada se pode concluir para os estados do Pará e Tocantins. Note que nenhum estado da região Nordeste apresenta crescimento pró-pobre.

TABELA 3
Estimativa da curva de crescimento-pobreza para as UFs (2000-2010)

Estados	20%	40%	60%	80%	100%	<i>g</i>	Situação
Acre	3,72	3,93	4,05	4,10	4,14	4,14	Não pró-pobre
Alagoas	3,55	3,95	4,03	4,08	4,01	4,01	Inconclusiva
Amapá	3,71	3,85	3,90	3,91	3,96	3,96	Não pró-pobre
Amazônia	3,38	3,66	3,77	3,80	3,88	3,88	Não pró-pobre
Bahia	3,60	4,06	4,14	4,24	4,10	4,10	Inconclusiva
Ceará	3,58	4,03	4,12	4,14	4,01	4,01	Inconclusiva
Distrito Federal	4,33	4,29	4,25	4,23	4,30	4,30	Inconclusiva
Espirito Santo	4,32	4,36	4,36	4,32	4,28	4,28	Pró-pobre
Goiás	4,44	4,45	4,46	4,38	4,20	4,20	Pró-pobre
Maranhão	3,62	3,96	4,03	4,15	4,08	4,08	Inconclusiva
Mato Grosso	4,25	4,28	4,34	4,24	4,05	4,05	Pró-pobre
Mato Grosso do Sul	4,30	4,33	4,39	4,31	4,17	4,17	Pró-pobre
Minas Gerais	4,17	4,19	4,18	4,14	4,04	4,04	Pró-pobre
Pará	3,60	3,81	3,89	3,91	3,87	3,87	Inconclusiva
Paraíba	4,15	4,09	4,17	4,21	4,12	4,12	Inconclusiva
Paraná	4,43	4,44	4,40	4,34	4,19	4,19	Pró-pobre
Pernambuco	3,72	4,05	4,12	4,18	4,02	4,02	Inconclusiva
Piauí	3,71	4,01	4,09	4,19	4,08	4,08	Inconclusiva
Rio de Janeiro	4,22	4,21	4,18	4,13	4,18	4,18	Inconclusiva
Rio Grande do Norte	3,71	4,06	4,13	4,21	4,07	4,07	Inconclusiva
Rio Grande do Sul	4,38	4,46	4,40	4,36	4,25	4,25	Pró-pobre
Rondônia	4,18	4,24	4,26	4,24	4,16	4,16	Pró-pobre
Roraima	3,41	3,70	3,83	3,86	3,98	3,98	Não pró-pobre
Santa Catarina	4,50	4,54	4,45	4,41	4,29	4,29	Pró-pobre
São Paulo	4,15	4,12	4,08	4,03	4,01	4,01	Pró-pobre
Sergipe	3,77	4,16	4,18	4,20	4,09	4,09	Inconclusiva
Tocantins	3,87	4,18	4,25	4,27	4,21	4,21	Inconclusiva

Fonte: Censos de 2000 e 2010/IBGE.
Elaboração dos autores.

Ao comparar a taxa de crescimento do PIB dos estados brasileiros, apresentada na tabela 1, com os resultados da tabela 3 constata-se que altas taxas de crescimento do PIB não resultam necessariamente em crescimento pró-pobre. Exemplo disso é o Amapá que, embora tenha sido o terceiro estado do país com maior crescimento do PIB para o período, está também entre os quatro estados nortistas em que o crescimento não favoreceu os pobres. Por outro lado, o Rio Grande do Sul, estado com o menor crescimento médio do PIB entre 2000 e 2001, apresentou um crescimento em favor dos pobres. Essa relevante constatação reforça a assertiva de

que talvez mais importante que crescer é saber como crescer, ou seja, qual modelo de crescimento explorar.

Silveira Neto (2005) e Resende, Da Mata e Carvalho (2007), ao estimarem as curvas de crescimento-pobreza para os estados do Nordeste, observaram resultados semelhantes aos encontrados nesta pesquisa entre os anos de 1990 e 2000. Esses autores também não encontraram ocorrência de crescimento pró-pobre em nenhum estado nordestino brasileiro para aquele período. Assim sendo, pelas estimações deste artigo nota-se uma tendência à reprodução de um modelo de crescimento econômico concentrador de renda para o nordeste brasileiro.

Quando se calcula a curva de crescimento-pobreza estritamente para a área urbana, os resultados apontam que o crescimento econômico é pró-pobre para todos os estados do Brasil e para o Distrito Federal. Ver, na tabela 4, por exemplo, o caso do Acre, em que a taxa de crescimento da renda média dos 20%, 40%, 60% e 80% mais pobres é de, respectivamente, 3,52%, 3,53%, 3,45% e 3,29% – superior à taxa de crescimento da renda média da população total, que é de 3,14%.

TABELA 4

Estimativa da curva de crescimento-pobreza para as UFs – área urbana (2000-2010)
(Em %)

Estados	20%	40%	60%	80%	100%	<i>g</i>	Situação
Acre	3,52	3,53	3,45	3,30	3,14	3,14	Pró-pobre
Alagoas	3,35	3,55	3,43	3,28	3,01	3,01	Pró-pobre
Amapá	3,51	3,45	3,30	3,11	2,96	2,96	Pró-pobre
Amazônia	3,18	3,26	3,17	3,00	2,88	2,88	Pró-pobre
Bahia	3,40	3,66	3,54	3,44	3,10	3,10	Pró-pobre
Ceará	3,38	3,63	3,52	3,34	3,01	3,01	Pró-pobre
Distrito Federal	4,13	3,89	3,65	3,43	3,30	3,30	Pró-pobre
Espírito Santo	4,12	3,96	3,76	3,52	3,28	3,28	Pró-pobre
Goiás	4,24	4,05	3,86	3,58	3,20	3,20	Pró-pobre
Maranhão	3,42	3,56	3,43	3,35	3,08	3,08	Pró-pobre
Mato Grosso	4,05	3,88	3,74	3,44	3,05	3,05	Pró-pobre
Mato Grosso do Sul	4,10	3,93	3,79	3,51	3,17	3,17	Pró-pobre
Minas Gerais	3,97	3,79	3,58	3,34	3,04	3,04	Pró-pobre
Pará	3,40	3,41	3,29	3,11	2,87	2,87	Pró-pobre
Paraíba	3,95	3,69	3,57	3,41	3,12	3,12	Pró-pobre
Paraná	4,23	4,04	3,80	3,54	3,19	3,19	Pró-pobre
Pernambuco	3,52	3,65	3,52	3,38	3,02	3,02	Pró-pobre
Piauí	3,51	3,61	3,49	3,39	3,08	3,08	Pró-pobre
Rio de Janeiro	4,02	3,81	3,58	3,33	3,18	3,18	Pró-pobre
Rio Grande do Norte	3,51	3,66	3,53	3,41	3,07	3,07	Pró-pobre
Rio Grande do Sul	4,18	4,06	3,80	3,56	3,25	3,25	Pró-pobre

(Continua)

(Continuação)

Estados	20%	40%	60%	80%	100%	g	Situação
Rondônia	3,98	3,84	3,66	3,44	3,16	3,16	Pró-pobre
Roraima	3,21	3,30	3,23	3,06	2,98	2,98	Pró-pobre
Santa Catarina	4,30	4,14	3,85	3,61	3,29	3,29	Pró-pobre
São Paulo	3,95	3,72	3,48	3,23	3,01	3,01	Pró-pobre
Sergipe	3,57	3,76	3,58	3,40	3,09	3,09	Pró-pobre
Tocantins	3,67	3,78	3,65	3,47	3,21	3,21	Pró-pobre

Fonte: Censos de 2000 e 2010/IBGE.
Elaboração dos autores.

As estimativas da curva de crescimento-pobreza para as áreas rurais são mostradas na tabela 5. Observe que há apenas sete (ou 26% do total) estados com crescimento pró-pobre no meio rural, correspondendo aos estados de Goiás, Mato Grosso, Paraná, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Espírito Santo. Em contrapartida, Acre, Amazônia, Roraima e o Distrito Federal apresentam crescimento de natureza *trickle-down*, já que a renda média dos mais ricos cresce em uma proporção maior que a renda dos mais pobres. Como para os demais estados, alguns $g(p)$ apresentam valores superiores e outros $g(p)$ valores inferiores a g , sendo que nada se pode concluir sobre a qualidade do crescimento econômico para as áreas rurais destes estados.

TABELA 5
Estimativa da curva de crescimento-pobreza para as UFs – área rural (2000-2010)
(Em %)

Estados	20%	40%	60%	80%	100%	g	Situação
Acre	2,87	3,45	3,67	3,77	3,86	3,86	Não pró-pobre
Alagoas	3,30	3,64	3,85	3,94	3,92	3,92	Inconclusiva
Amapá	2,89	3,24	3,49	3,53	3,52	3,52	Inconclusiva
Amazônia	2,82	3,18	3,41	3,52	3,57	3,57	Não pró-pobre
Bahia	3,23	3,66	3,81	3,94	3,82	3,82	Inconclusiva
Ceará	3,48	3,65	3,80	3,91	3,84	3,84	Inconclusiva
Distrito Federal	4,17	4,17	4,19	4,22	4,34	4,34	Não pró-pobre
Espírito Santo	4,03	4,06	4,10	4,08	3,87	3,87	Pró-pobre
Goiás	4,16	4,29	4,30	4,29	4,10	4,10	Pró-pobre
Maranhão	3,39	3,51	3,83	3,98	3,97	3,97	Inconclusiva
Mato Grosso	3,83	4,01	4,01	4,04	3,78	3,78	Pró-pobre
Mato Grosso do Sul	3,78	3,98	4,04	4,09	3,93	3,93	Inconclusiva
Minas Gerais	3,91	4,05	4,15	4,26	4,12	4,12	Inconclusiva
Pará	3,09	3,49	3,63	3,70	3,63	3,63	Inconclusiva
Paraíba	3,47	3,80	3,86	4,05	4,02	4,02	Inconclusiva
Paraná	4,11	4,17	4,19	4,18	4,07	4,07	Pró-pobre
Pernambuco	3,28	3,66	3,79	3,91	3,78	3,78	Inconclusiva
Piauí	3,77	3,62	3,92	4,05	4,05	4,05	Inconclusiva

(Continua)

(Continuação)

Estados	20%	40%	60%	80%	100%	<i>g</i>	Situação
Rio de Janeiro	4,05	4,03	3,99	3,94	3,82	3,82	Pró-pobre
Rio Grande do Norte	3,10	3,73	3,86	3,96	3,91	3,91	Inconclusiva
Rio Grande do Sul	4,24	4,32	4,35	4,31	4,21	4,21	Pró-pobre
Rondônia	3,70	3,96	3,98	4,05	3,96	3,96	Inconclusiva
Roraima	2,64	3,12	3,41	3,51	3,73	3,73	Não pró-pobre
Santa Catarina	4,24	4,34	4,34	4,30	4,16	4,16	Pró-pobre
São Paulo	4,02	4,17	4,18	4,17	4,13	4,13	Inconclusiva
Sergipe	3,69	3,92	3,99	4,06	4,06	4,06	Inconclusiva
Tocantins	3,09	3,76	3,92	4,00	3,95	3,95	Inconclusiva

Fonte: Censos de 2000 e 2010/IBGE.
Elaboração dos autores.

Como se observa nas tabelas 4 e 5, a desagregação dos dados da amostra revela não somente as diferenças na qualidade do crescimento econômico em reduzir a pobreza e a desigualdade de renda entre regiões e estados, mas também as diferenças entre os meios rural e urbano. A desagregação entre o rural e o urbano permite observar o quão baixo é o desempenho do crescimento econômico em reduzir a pobreza, com diminuição na desigualdade de renda nas áreas rurais. Certamente esta é uma importante constatação da pesquisa.

Historicamente, as medidas de desigualdade são menores no meio rural. Trabalhos como o de Cunha (2009) e Helfand, Rocha e Vinhais (2009) reforçam esta assertiva ao estimar um índice de Gini inferior para o meio rural no Brasil, quando comparado ao meio urbano. Diante dessa evidência é possível rejeitar a hipótese de Bourguignon (2002)¹² para as áreas rurais brasileiras, uma vez que, como se pode observar, a baixa eficiência do crescimento econômico na redução da pobreza ocorre principalmente no meio rural, relativamente menos desigual.¹³

Uma análise, em termos de significância das estimações da curva de crescimento-pobreza nesta pesquisa, revela que 51% dos resultados produzidos em nível estadual como um todo são significantes (ocorrência de crescimento pró-pobre ou não pró-pobre) pois, quando se separa a área urbana da rural, a primeira recebe 100% de significância em seus resultados, enquanto a segunda recebe 40%.

Entre as estimações que apresentam significância, é possível concluir que os estados com melhores resultados de crescimento pró-pobre, tendo como base a metodologia de Son (2004), são Goiás, Mato Grosso, Espírito Santo e os estados da região Sul (Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina). Nestes estados, a média

12. Em linhas gerais, a hipótese de Bourguignon (2002) prediz que quanto menos desigual for o país (ou região), maior será a efetividade do crescimento econômico em reduzir a pobreza.

13. Helfand, Rocha e Vinhais (2009) apontam que, apesar da área rural ser menos desigual, em comparação com a área urbana, a proporção de pobres no meio rural é acentuadamente superior à urbana, mesmo com a expressiva queda observada entre 1992 e 2005.

da renda dos mais pobres da população cresceu em uma proporção maior que a média da renda da totalidade da população, tanto para a área urbana, quanto para a área rural ou mesmo para a região como um todo, experimentando, deste modo, um crescimento econômico com redução da pobreza e queda na desigualdade.

Em outra direção estão os estados da Federação em que o crescimento não tem corroborado para uma redistribuição de renda. São eles: Acre, Amapá, Amazônia e Roraima. Estes estados, embora apresentem crescimento pró-pobre para suas áreas urbanas, possuem crescimento *trickle-down* para as áreas rurais e para a região como um todo. Desse modo é possível constatar que o modelo de crescimento econômico praticado na região Norte do país não é eficiente no combate à pobreza, concomitantemente a uma redução da desigualdade para a maioria dos estados que compõem a região.

Por outro lado, embora os resultados das estimativas da curva de crescimento-pobreza para os estados do Nordeste sejam classificados como inconclusivos na metodologia de Son (2004), a população mais pobre destes estados (sobretudo os 20% e os 40% mais pobres) aferem uma renda média abaixo da renda média geral da população, o que sugere um crescimento econômico acompanhado de concentração de renda. A tabela 6 sintetiza, por regiões, os resultados das estimativas da curva de crescimento-pobreza.

TABELA 6
Resumo das estimativas das curvas de crescimento-pobreza por regiões (2000-2010)

Regiões	Pró-pobre			Não pró-pobre			Inconclusivo		
	Geral	Urbano	Rural	Geral	Urbano	Rural	Geral	Urbano	Rural
Centro-Oeste	3	4	2	0	0	1	1	0	1
Nordeste	0	9	0	0	0	0	9	0	9
Norte	1	7	0	4	0	3	2	0	4
Sudeste	3	4	2	0	0	0	1	0	2
Sul	3	3	3	0	0	0	0	0	0

Fonte: Censos de 2000 e 2010/IBGE.
Elaboração dos autores.

Entretanto, apesar dos resultados apresentados nesta seção apontarem que o crescimento econômico no Brasil produz distintos efeitos na pobreza e na desigualdade de renda de suas regiões e estados e para as áreas urbanas e rurais, com base nos resultados conclusivos o crescimento econômico com redução da desigualdade de renda é predominante no Brasil como um todo. Não há evidências de crescimento empobrecedor para o período analisado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo analisou se o crescimento econômico no Brasil, desagregado em nível regional e estadual, tem sido pró-pobre em suas áreas urbanas e rurais. Averiguou se a renda dos pobres apresenta uma elevação superior ao verificado pela renda dos não pobres, o que induziria uma redução na desigualdade. Assim, com base nos dados dos censos de 2000 e 2010 foram construídas as curvas de crescimento-pobreza, propostas por Son (2004).

Entre os resultados obtidos constatou-se que, embora o crescimento econômico seja de natureza pró-pobre para o Brasil como um todo, apenas as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste experimentaram um padrão de crescimento redutor de pobreza e de desigualdade de renda para o período analisado.

A estimação em nível estadual mostrou que, das 27 UFs, somente dez apresentaram crescimento pró-pobre (Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina e São Paulo). Para quatro (Acre, Amapá, Amazônia e Roraima), o crescimento foi não pró-pobre. Para os outros estados, os resultados foram inconclusivos.

Ao desagregar a amostra em áreas urbanas e rurais esta pesquisa revelou que o crescimento foi pró-pobre nas áreas urbanas de todos os estados e para o Distrito Federal, e não pró-pobre na área rural do Acre, Amazônia, Distrito Federal e Roraima. Foi inconclusivo para as áreas rurais dos demais estados. A desagregação entre o rural e o urbano permitiu observar o quão baixo é o desempenho do crescimento econômico em reduzir a pobreza, com diminuição na desigualdade de renda nas áreas rurais, sendo esta uma importante constatação deste estudo.

A ausência de crescimento pró-pobre nos nove estados do nordeste brasileiro leva à suposição de que o crescimento econômico desta região segue a tendência de um modelo de crescimento concentrador de renda. Ou seja, ainda que tal crescimento promova certa redução na pobreza, a renda dos mais ricos cresce em uma proporção maior que a renda dos mais pobres.

Apesar dos resultados apresentados nesta pesquisa apontarem que o crescimento econômico no Brasil gera padrões diferenciados de pobreza e de desigualdade de renda entre estados e regiões, bem como entre as áreas urbanas e rurais, pode-se concluir que o crescimento econômico com redução da desigualdade de renda foi predominante no Brasil como um todo, não havendo incidência de crescimento empobrecedor no período analisado.

Entretanto, os distintos efeitos produzidos pelo crescimento econômico brasileiro na pobreza e na desigualdade de renda entre os estados e as regiões, bem como entre as áreas urbanas e rurais induz a dois importantes questionamentos: que modelo de crescimento regional resulta em benefícios para os pobres? Qual a

natureza de um crescimento pró-pobre para as áreas rurais? Uma das respostas a esses questionamentos poderia estar na aplicação de um modelo de crescimento endógeno, baseado no sistema de arranjos produtivos locais, algo que poderia promover um crescimento em favor dos pobres não somente em regiões empobrecidas, como também em áreas rurais.

Além disso, criar estratégias de políticas públicas capazes de estimular um crescimento econômico eficiente no combate à pobreza em locais de crescimento de natureza *trickle-down* e principalmente no meio rural pode vir a ser um importante meio substitutivo de medidas paliativas de combate à pobreza como, por exemplo, o programa Bolsa Família.

ABSTRACT

This paper seeks to analyze if the economic growth in Brazil has been pro-poor in its urban and rural areas. In this sense, based on census data of 2000 and 2010 were built the growth-poverty curves, proposed by Son (2004). One result of the research showed that only the center-south of the country has had a standard of growth that benefits the poor. At the state level, it was found that only ten federal units grew in favor of the less fortunate, and in for four of them, growth is a kind of trickle-down, that means that despite contributing to reduce poverty, income of rich people grew up in a larger proportion than the income of the poor. The breakdown of the sample allowed to observe also, how low is the performance of economic growth in reducing poverty, and decreasing inequality in rural areas of the country.

Keywords: pro-poor growth; poverty; inequality.

REFERÊNCIAS

- ATKINSON, A. B. On the measurement of poverty. **Econometrica**, v. 55, n. 4, p. 49-64, 1987.
- BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial**. Washington: Banco Mundial, 2013. Disponível em: <<http://www.bancomundial.org.br>>. Acesso em: 20 out. 2013.
- BARRETO, F. A. F. D. **Crescimento econômico, pobreza e desigualdade: o que sabemos sobre eles?** Fortaleza: UFC, 2005. (Série Ensaios Sobre Pobreza, n. 1).
- BARROS, P. R.; CARVALHO, M.; FRANCO, S. **Pobreza multidimensional no Brasil**. Rio de Janeiro: Ipea, out. 2006. (Texto para Discussão, n. 1227).
- BOURGUIGNON, F. The growth elasticity of poverty reduction: explaining heterogeneity across countries and time periods. In: EICHER, T.; URNOVSKY, S. (Eds.). **Inequality and growth: theory and policy implications**. Cambridge: The MIT Press, 2002.
- CAMPOS, I. **Padrões recentes de evolução da economia na Amazônia**. Belém: UFP, nov. 2009. (Papers NAEA, n. 249).

CHENERY, H. *et al.* **Redistribution with growth**. c. 2, p. 38-51. Oxford: Oxford University Press, 1974.

CUNHA, S. M. Desigualdade e pobreza nos domicílios rurais e urbanos no Brasil, 1981-2005. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 40, n. 1, 2009.

DINIZ, B. M.; DINIZ, M. M. Um indicador comparativo de pobreza multidimensional a partir dos objetivos do desenvolvimento do milênio. **Economia Aplicada**, v. 13, n. 3, 2009.

GONÇALVES, M. B. C.; SILVEIRA NETO, R. M. Crescimento pró-pobre nos municípios nordestinos: evidências para o período de 1991-2000. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 41, n. 3, 2010.

HARRISON, A. **Globalization and poverty**. Chicago: University of Chicago; Press for NBER, 2006.

HELFAND, S. M.; ROCHA, R.; VINHAIS, H. E. F. Pobreza e desigualdade de renda no Brasil rural: uma análise da queda recente. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 39, n. 1, p. 59-80, 2009.

HOFFMANN, R.; KAGEYAMA, A. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. **Economia e Sociedade**, v. 15, n. 1, v. 26, p. 79-112, 2006.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2000**: resultados gerais da amostra. (Microdados). Rio de Janeiro: IBGE, [s.d.].a. Disponível em: <<http://goo.gl/rtyn5A>>. Acesso em: 12 jul. 2013.

_____. **Censo demográfico 2000**. (Nota Técnica). Disponível em: <<http://goo.gl/EsRwzG>>. Rio de Janeiro: IBGE, [s.d.].b. Acesso em: 6 nov. 2013.

_____. **Censo demográfico 2010**. (Microdados). Rio de Janeiro: IBGE, [s.d.].c. Disponível em: <<http://goo.gl/oJS4xe>>. Acesso em: 12 jul. 2013.

_____. **Censo demográfico 2010**. (Nota Técnica). Rio de Janeiro: IBGE, [s.d.].d. Disponível em: <<http://goo.gl/mt1vNr>>. Acesso em: 6 nov. 2013.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **PIB estadual**: variação a preços constantes. [S.l.]: Ipeadata, 2013a. (Nota Técnica). Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 13 nov. 2013.

_____. **Pobreza**: taxa de pobreza. [S.l.]: Ipeadata, 2013b. (Nota Técnica). Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 13 nov. 2013.

KAKWANI, N.; KHANDKER, S.; SON, H. H. **Pro-poor growth**: concepts and measurement with country case studies. Brasília: International Poverty Center/UNDP, Aug. 2004. Disponível em: <<http://goo.gl/l9lpRV>>. (Working Paper, n. 1).

KAKWANI, N.; PERNIA, E. M. What is pro-poor growth? **Asian Development Review**, v. 18, n. 1, 2000.

KRAAY, A. **When is growth pro-poor?** Cross-country evidence. [S.l.]: IMF, 2004. Disponível em: <<http://goo.gl/CXa3e3>>. (Working Paper, n. 04/47).

LOPES, H. M.; MACEDO, P. B. R.; MACHADO A. F. **Indicador de pobreza:** aplicação de uma abordagem multidimensional ao caso brasileiro. Belo Horizonte: Cedeplar, out. 2003. (Texto para Discussão, n. 223).

MANSO, C. A.; PEREIRA, D. J. S.; BARRETO, F. A. F. D. Crescimento pró-pobre: diferenças de intensidade entre o meio rural e urbano 2002-2005. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 39, n. 4, out./dez. 2008.

MATIAS, J.; SALVATO, M. Curva de crescimento pró-pobre no Brasil. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 40., 2012. **Anais...** Porto de Galinhas: ANPEC, 2012.

NISSANKE, M.; THORBECKE, E. **The impact of globalization on the world's poor transmission mechanisms.** London: Palgrave Macmillan, 2006. (Studies in Development Economics and Policy).

OLIVEIRA, L. S. **Três ensaios sobre pobreza multidimensional.** 2010. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

PINTO, M. S.; DE OLIVEIRA, J. C. Crescimento pró-pobre: análise dos estados brasileiros entre 1995 e 2007. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, maio/ago., 2010.

RAVALLION, M.; CHEN, S. **Measuring pro-poor growth.** Washington: World Bank Policy Research, 2003. (Working Paper, n. 2666).

RESENDE, G. M.; DA MATA, D.; CARVALHO, A. X. Y. Crescimento pró-pobre e distribuição de renda das capitais dos estados brasileiros. *In*: CARVALHO, A. X. Y. *et al.* (Orgs.). **Ensaio de economia regional e urbana.** Brasília: Ipea, 2007. Disponível em: <<http://goo.gl/IS1c6K>>.

RIBEIRO, L. L.; MARINHO, E. L. L. Analysis of poverty in brazilian families using allocation of the time factor. **The Empirical Economics Letters**, v. 11, n. 8, p. 849-860, Aug. 2012.

SALVATO, M. A. **Crescimento pró-pobre no Brasil:** uma avaliação empírica da década de 1990. Ceará: UFC, out. 2009. (Ensaio sobre Pobreza, n. 21).

SANTOS-PAULINO, A. U. **Trade, income distribution and poverty in developing countries.** Geneva: UNCTAD, Jul. 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/bjSU4f>>. (Discussion Papers).

SEN, A. Poverty: an ordinal approach to measurement. **Econometrica**, v. 44, 1976.

SILVEIRA NETO, R. Quão pró-pobre tem sido o crescimento econômico no nordeste? Evidência para o período 1991-2000. *In: ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA*, 10., 2005. **Anais...** Fortaleza, 2005.

SON, H. H. A note on pro-poor growth. **Economics Letters**, n. 82, p. 307-304, 2004.

TAQUES, F. H.; ROCHA, R. S. Oferta pública no combate à pobreza no Brasil: uma análise a partir da curva crescimento-pobreza. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA*, 39., 2011. **Anais...** Foz do Iguaçu, 2011.

TOCHETTO, D. G. *et al.* Crescimento pró-pobre no Brasil: uma análise exploratória. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA*, 32., 2004. **Anais...** João Pessoa, 2004.

VARIAN, H. **Microeconomia**: princípios básicos. Tradução da 7. ed. americana. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SEN, A. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

(Originais submetidos em dezembro de 2013. Última versão recebida em dezembro de 2014. Aprovada em dezembro de 2014.)